CORREIO FLUMINENSE

POR **MARCELO PERILLIER**

MARCELO REGUA



Ricardo Couto destacou que acompanhará as demandas dos municípios

Estado anuncia investimento de R$ 30 milhões para o Limpa Rio

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, anunciou o investimento de R$ 30 milhões no programa Limpa Rio, para intensificar as ações preventivas contra enchentes na Região Metropolitana. A destinação dos recursos foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, em reunião realizada na sede do Instituto Rio Metrópole, no Centro do Rio, com a participação de prefeitos, representantes da Secretaria da Casa Civil e da diretoria do órgão. Durante a reunião, também foram discutidas prioridades nas áreas de saneamento e desenvolvimento regional, como o acompanhamento das metas das concessionárias, o fortalecimento do abastecimento de água e a melhoria da destinação dos resíduos urbanos. Outro destaque foi o avanço das ações de macrodrenagem previstas no Projeto Iguaçu, com foco na integração entre Estado e municípios para reduzir riscos de alagamentos e ampliar a resiliência das cidades diante dos desafios climáticos.

Integração dos transportes metropolitanos

O encontro foi marcado também pela apresentação da nova Agenda Metropolitana, documento elaborado pela equipe técnica do instituto, a partir de estudos e planos estratégicos. Na área de mobilidade, o principal avanço debatido foi a proposta de integração dos modais de transporte por meio de um bilhete efetivamente único, que permitirá ao passageiro utilizar diferentes meios com a mesma passagem, dependendo agora da cooperação entre órgãos e operadoras.

MARCELO REGUA



Encontro teve presença de prefeitos, secretários e diretores do órgão

Trens, barcas e metrô também no radar

A agenda apresentada também validou diretrizes estruturais para a malha de transportes fluminense. O planejamento incluiu a elaboração de projetos de expansão das linhas 2, 3 e 4 do metrô, além do desenvolvimento de estudos técnicos voltados para a reestruturação dos trens metropolitanos e do sistema de barcas. Entre os principais objetivos operacionais estabelecidos, foi destacada a meta de redução gradual dos intervalos dos trens para o patamar de oito a dez minutos, o que será viabilizado mediante melhorias operacionais contínuas e novos investimentos da gestão pública e concessionárias.

Balanço de auditorias e contratos

Durante o encontro, o Governo do Estado também apresentou um balanço das auditorias de contratos e detalhou as providências adotadas em relação às obras e serviços que haviam sido interrompidos no âmbito do instituto. De um universo de 60 contratações, 20 de maior relevância, risco e complexidade foram priorizadas para análise, resultando na conclusão de 13 relatórios que abrangem cerca de R$ 506 milhões em contratos, incluindo obras, serviços de engenharia, tecnologia e o Centro de Controle Operacional.

Pedido de socorro

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, nesta terça-feira (10), o Projeto de Lei 7.256/26, de autoria do deputado Guilherme Delaroli (PL), que institui o Programa Estadual de Conscientização e Divulgação de Sinais Não Verbais Reconhecidos como Pedido de Socorro, de caráter educativo e preventivo.

Mudança em lei

Durante a reunião, os parlamentares decidiram incorporar a proposta à Lei Estadual 9.201/21, que criou o Programa de Cooperação e o Código “Sinal Vermelho”. A norma já prevê formas de pedido de ajuda para mulheres em situação de violência, sobretudo doméstica e familiar. Com a alteração, idosos, crianças e adolescentes também passam a contar com esses sinais.

Discussão em plenário

Entre os gestos previstos está o “Sinal de socorro”, reconhecido internacionalmente, no qual a palma da mão aberta é voltada para frente, com o polegar dobrado para dentro e os demais dedos fechados sobre ele. Com a aprovação na comissão, o projeto de lei será submetido à análise dos deputados estaduais em plenário.

Modernização tecnológica

A população do Rio poderá contar com serviços públicos digitais mais eficientes e estáveis a partir da modernização da infraestrutura tecnológica do Governo. A iniciativa prevê a contratação de soluções de armazenamento e proteção de dados, incluindo equipamentos, softwares, treinamento, manutenção e atualização por 60 meses.

Estabilidade dos serviços

Coordenada pelo Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, o pacote fortalece os mecanismos de recuperação de dados em caso de falhas e prepara os sistemas públicos para acompanhar o crescimento da demanda por serviços digitais.

Contratação sob demanda

A contratação será viabilizada por meio de ata de registro de preços, com valor total registrado de R$ 161.797.030,00. O instrumento permite reunir demandas semelhantes em um único processo, evitando que cada órgão realize uma licitação independente para contratar soluções do mesmo tipo. A contratação compartilhada favorece ganhos de escala e melhores condições comerciais, gerando economia para os cofres públicos.

FABIANO VENEZA/SEAS



A ampliação considera os impactos das chuvas na qualidade da água do mar

Inea amplia divulgação dos boletins de balneabilidade

Documentos sobre as praias passam a ser divulgados duas vezes por semana

Da **Redação**

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) passou a divulgar duas vezes por semana os boletins de balneabilidade das praias das Zonas Sul e Sudoeste do Rio de Janeiro. A partir desta semana, as atualizações, que antes eram semanais, serão publicadas às terças e sextas-feiras. A medida busca reforçar o acompanhamento da qualidade da água e oferecer informações mais frequentes aos banhistas, especialmente durante a alta temporada e os períodos de chuvas intensas.

A mudança leva em consideração os efeitos das precipitações sobre as condições do mar. Em outubro, a capital fluminense registrou o mês mais chuvoso desde o início da série histórica do Alerta Rio, em 1997. Durante temporais, a água que escoa pelas ruas e redes de drenagem pode transportar lixo, esgoto e outros resíduos para o litoral, comprometendo temporariamente a qualidade da água. Os impactos tendem a ser mais expressivos em áreas próximas à foz de rios e à saída de galerias pluviais.

Com a aproximação do verão e das férias, período em que aumenta o movimento de moradores e turistas nas praias, a divulgação mais frequente dos resultados permite que a população acompanhe as condições dos locais de banho e escolha os trechos mais adequados para aproveitar o mar.

Os dados estão disponíveis no Sistema Estadual de Recursos Hídricos, desenvolvido pela Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Inea (Dirseq). O órgão recomenda evitar o banho de mar nas primeiras 24 horas após chuvas fortes, sobretudo nas proximidades de galerias pluviais, canais de drenagem e desembocaduras de rios.

Também é importante observar a classificação dos trechos considerados impróprios para banho, que podem apresentar concentrações elevadas de bactérias e outros microrganismos capazes de provocar problemas de saúde.

O monitoramento da balneabilidade é realizado regularmente pelo Inea em todo o litoral fluminense. Atualmente, o programa contempla 291 pontos de coleta em 201 praias de 22 municípios. Os resultados são publicados nos Boletins de Balneabilidade das Praias, que orientam a população sobre as condições da água para recreação.